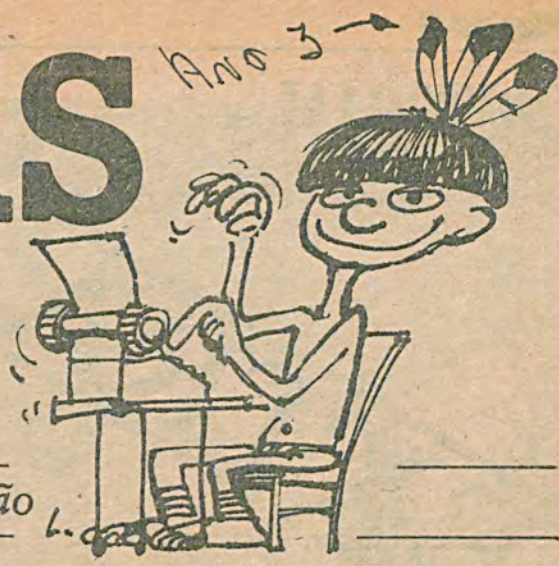


FORANDUBAS

20

Extra

Ano 3



Boletim Interno da PUC-São Paulo. Ano III Maio Sala de Comunicação



PROFESSORES PARAM

EDITORIAL

EXTRA

A recente greve dos professores foi um momento exigente para todos. Contudo, a vida do corpo docente já trazia suas exigências há muito tempo. Quantos não tiveram que largar pra trás a vontade de contribuir para um ensino libertador, criador? Quantos não foram forçados por aluguel, supermercado, o leite das crianças, a mudar de emprego e de proposta de vida? O estômago dos que iam ficando, amassou muito atraso de pagamento, muita taxa de juros, muito "desculpe, mas estamos construindo", muita falta de verba, muita invasão. Correndo entre um emprego e outro, talvez sobrou aos mestres um tempo para reflexão.

Foi preciso parar e a parada se fez possível. Nas assembleias promovidas pela Apropuc, a teimosa semente democrática,

saída dos paíóis de resistência, brotou frutos de participação. Contribui para tanto a informação, desenterrada pelas comissões, fornecida pela Reitoria. A esta coube o papel de interlocutor leal, democrático, preocupado também pelos setores mais necessitados da Universidade.

Porandubas, com esta edição produzida em tempo record, pretende ampliar a informação levantada durante a greve. Foi ouvido também variadas opiniões. Deste modo, alargam-se participação e debate. Assim também reafirmamos nosso compromisso de servir à comunidade-PUC como um todo e não apenas a setores específicos. Vai aí o necessário agradecimento final a todos os que ajudaram a encontrar rumos para esta edição.

Todos Vencemos

Laurindo Leal F^o, o Lalo, analisa os saldos do movimento dos professores e indica encaminhamentos

OS QUE FORAM CHEGANDO

"A GREVE representou um saldo em termos de categoria profissional altamente positivo. Grande número de professores, que jamais se havia preocupado com a vida financeira e administrativa da universidade e com sua própria situação funcional, acabou se integrando. Isso foi o mais importante.

Outro ganho foi o trabalho realizado pelas comissões nascidas na assembleia do dia 25/4. Nossos professores perceberam que também são parte da Universidade e que têm condições de conhecê-la a fundo, não medindo esforços para isto. O trabalho foi realizado em ritmo intensivo durante a greve: fica assim demonstrado que num período menos tenso e com mais tempo — o que ocorrerá daqui para a frente — se poderá desenvolver um trabalho muito positivo para a PUC como um todo e cada professor em particular.

COMO NASCEU A GREVE

Desde o final de 78 a APROPUC julgou necessário discutir a reposição salarial para os professores. No princípio deste ano surgiram propostas concretas de reivindicação. Essas propostas foram apresentadas à Reitoria: como resposta obtivemos a explicação de que a Univ. não teria condições de nos atender. A paralisação que a Assembleia decidiu diante do impasse tinha dois objetivos. O primeiro foi de ampliar a negociação salarial e o segundo foi aproveitar a paralisação para tentar entender melhor a situação financeira e administrativa da PUC. Estes dois objetivos foram conseguidos.

REITORIA

A diretoria da APROPUC e, acredito, que o conjunto dos professores da PUC, pelo menos diante do que se manifestou nas assembleias, em momento algum levantou qualquer tipo de desconfiança à conduta da Reitoria na regência da Universidade. Foram apenas levantadas questões de esclarecimento sobre a política administrativa da PUC.

Nossa paralisação teve objetivos muito claros e a diretoria da Apropuc sempre teve presente o perigo que um tipo de manifestação como essa poderia trazer para uma Reitoria que considera-

mos democrática. Em momento algum nos deixamos envolver por grupos internos ou externos à Univ. que poderiam utilizar o nosso movimento para desfazer o trabalho que vem sendo realizado por esta Reitoria.

Durante a paralisação tivemos 4 encontros com a Reitoria. Cada encontro registrou um avanço. Do último saiu uma contraproposta concreta que pôde ser levada à assembleia. A Diretoria da Apropuc não considera a contraproposta salarial satisfatória mas tem a certeza de que é realmente a única possibilidade que a Reitoria tem para nos oferecer neste momento.

CONTATOS COM OUTROS SETORES

Estamos abertos ao entrosamento com alunos e funcionários. Nesse instante, tínhamos reivindicações específicas do corpo docente que necessitavam ser encaminhadas de forma rápida e objetiva. Acredito que, quando não houver uma pressão de tempo tão forte, como no caso da greve, poderemos discutir juntos com funcionários e alunos todas as questões relativas à Univ., particularmente quanto a questões de verbas.

Além disso, nosso programa é instalar subdesdes nos campi Marquês de Paranaguá e Sorocaba. Os contatos da Diretoria e da comissão de mobilização permitiram um conhecimento maior das realidades dos campi e do pessoal de lá. Isso vai facilitar a instalação das subdesdes.



Presidente da APROPUC

POSIÇÃO DA REITORIA

Dona Nadir comenta a greve, o orçamento e a necessidade de verbas



A Reitoria Nadir Kfoury

MELHOR COMUNICAÇÃO

Quanto ao movimento em si, considero positiva a tendência de setores a assumirem a Univ. como um problema de todos nós. Quando da nossa posse, em 1976, declarei que a PUC só seria viável a médio prazo com a participação de todos. Em nossa correspondência com a APROPUC sempre nos pusemos à disposição. Cremos que um dos elementos que precipitou os fatos foi a falha de comunicação entre Reitoria e APROPUC pois ficaram faltando contatos mais aprofundados desde a posse da nova Diretoria da Associação. Programamos reuniões mais freqüentes com aquela Diretoria a fim de garantir uma discussão realmente fundamentada dos problemas, evitando distorção e insuficiências no processo de comunicação.

Entendemos nossa presença à frente da Univ. como um serviço à comunidade como um todo. Nosso compromisso de ajudar a criar condições a todos os que aqui trabalham, no momento se volta em especial ao aspecto administrativo-financeiro. Contudo, para que cumpramos este compromisso, é necessário um clima de confiança, fundamentado em todas as informações necessárias. Sem esta confiança, nosso esforço não poderá realizar-se nem seguir adiante.

ORÇAMENTO INSTÁVEL

Através de uma compreensão melhor da situação financeira da PUCSP ao longo dos últimos 2,5 anos, conseguimos uma clara visão das limitações de nosso orçamento. É verdade que, de um lado, conseguimos superar o grande

"buraco" que encontramos em 1976 não cremos ser do interesse de ninguém voltar àquela situação. O equilíbrio orçamentário conseguido é realmente precioso. Como Professores encarregados da direção desta Universidade, a Reitoria julga seu dever para com os colegas não aumentar essa fragilidade. Por isso é que afirmamos em nossas 2 cartas à Apropuc, que o orçamento não poderia de maneira alguma comportar o aumento reivindicado, mas que estaríamos dispostos, ao longo do exercício, a estudar um possível aumento. A Comissão de Orçamento criada pela Apropuc, está em condições objetivas de julgar as consequências de uma política salarial além das possibilidades orçamentárias. Esperamos que ela acompanhe nossas decisões e informe objetivamente os colegas sobre o andamento do exercício. A quota fixa de Cr\$ 1.000,00 que sugerimos em nossa contraproposta não terá contrapartida na receita, exceto se o MEC aumentar a verba de ajuda à Univ. doando os Cr\$ 30 milhões pedidos. Que fique claro: aumento de despesas que permanecem a descoberto significa um reinício de instabilidade. Ao que ponto é interessante para nós, com assalariados, e para a instituição corre este risco?

COM A PALAVRA O MEC

Por outro lado, achamos que o governo tem que assumir a parte que lhe cabe, que é definida pela Constituição para garantir a viabilidade das Católicas. Ao preparar elementos com vista ao memorial a ser encaminhado à Presidência da República, evidenciou-se decréscimo assustador da contribuição financeira do MEC na receita das Católicas. Realmente, a ação tem que se feita junto à Presidência, pois, vimos nos jornais do dia 5/5, o próprio ministro da Educação disse ser o orçamento "fragilíssimo e para 1979, difícil limo".

Temos procurado dignificar a função do professor, através do enquadramento na carreira: isto também representa uma significativa melhoria salarial.

Preocupa-me ao ver que enquanto eu recebo Cr\$ 41 mil como titular, 70 funcionários nossos ganham menos de salários mínimos. Assim é que os aumentos deveriam ser escalonados, pois que a receita da PUC vai principalmente para os que ganham mais. Essa situação, que não é específica da PUC, reflete a má distribuição de renda da sociedade.

Os funcionários e a greve

A diretoria da Associação dos Funcionários analisa a situação de seus associados, suas reivindicações e a greve dos professores.

PORANDUBAS: Como estão as reivindicações dos funcionários?

AFAPUC: defendemos, num ofício que enviamos à Reitoria, o acréscimo de 10% para quem ganhava até 4 salários mínimos em fevereiro (Cr\$ 6.250,00). Isso não é o ideal dentro da atual conjuntura, não querendo dizer que os que ganham mais estejam satisfeitos com os seus salários. Entendemos apenas a necessidade premente dos menos favorecidos salarialmente. Sabemos do déficit da PUC. Sabemos também que não há condição de atender um pedido de índice maior. Essas coisas discutimos com os associados. Pretendemos chegar a outras reivindicações — até o governo anda falando em reajuste semestral. Não se pode tirar a defasagem do salário de uma só vez principalmente a defasagem dos que recebem menos. A medida que defendemos atingiria 700 funcionários, custando à PUC Cr\$ 250 mil mensais. Ainda não recebemos a resposta da Reitoria.

GREVE DOS PROFESSORES

PORANDUBAS: Posição de vocês perante a greve dos professores

AFAPUC: Recebemos um ofício da APRO-PUC pedindo que divulgássemos o movimento deles entre os funcionários, o que fizemos. Não apoiamos nem deixamos de apoiá-los: estão no seu direito. Estamos prontos a contribuir dentro do possível com o que for pedido. Fomos convidados a participar das assembleias como observadores. Não foi proposta ação conjunta, mas, se esta vier, a assembleia decidirá.

PORANDUBAS: O funcionário pede 10% e o professor pede 20%...

AFAPUC: Claro que quem ganha menos de

4 salários precisa mais. Não fizemos manobra com o pedido de 10%: precisamos pelo menos deste índice, menos que 10% não adianta nada. A PUC somos nós, e por isso pedimos o mínimo possível. Se vier decisão contrária, a assembleia decidirá o que fazer. É um direito dos professores pedirem o que quiserem, não vou polemizar. Não fizemos pedido de apoio mas colaboraremos no que for pedido, sempre dentro do possível.

DÉFICIT ENDÊMICO

PORANDUBAS: Como vocês explicam esse déficit endêmico da PUC?

AFAPUC: A nosso ver, temos a impressão de que as coisas começaram com a Reforma Universitária, que ao invés de baratear os custos, acabou multiplicando o pessoal tanto administrativo como acadêmico. Um segundo problema é que os dissídios dão índices maiores que os aumentos das anuidades, já faz 4 ou 5 anos — este é o problema principal. Terceiro, o prédio novo também teve muito investimento. Talvez uma comissão paritária de funcionários, professores e alunos pudesse gerir os problemas da PUC e levantar algumas soluções, de forma racional, sem ferir melindres pessoais. Durante a gestão do Dr. Bandeira chegou a haver uma Comissão Especial de professores e funcionários, que estudava semanalmente todos os problemas e os apresentava ao Reitor.

Finalizando. Quanto ao nosso movimento, vamos aos poucos. Há uma lista enorme de reivindicações de todos os centros. Para nós, a PUC é uma questão de sobrevivência mesmo. Não é que a gente seja tímido: se isso daqui pára, completamente, como a gente vai viver?



Xane, Pedro Paulo, Lalo

assembleias

O movimento continua

Dia 3/5/79 à noite. Mais de 300 pessoas superlotam o Tuquinha, como já vinham fazendo nas assembleias e debates dos dias anteriores. Desde as assembleias do final do ano passado, passando pela troca de correspondência e contatos com a Reitoria, pelos debates em departamentos e no Conselho de Representantes da APRO-PUC, um momento novo foi gestado. O interesse e participação foram fazendo a informação ser distribuída. A paralisação para discussão e coleta de dados, por comissões tendo em vista a reivindicação central de aumento escalonado de 20% até 12%, trouxe cada vez mais gente ao debate e conhecimento dos problemas da PUC.

CONTRAPROPOSTA

Na tarde do mesmo dia 3/5 foi feito o quarto encontro entre a diretoria da APRO-PUC e a Reitoria. Esta entregou sua contraproposta a ser analisada na assembleia da noite que decidiria a continuidade do movimento. Os termos da contraproposta:

1- continuidade das 3 comissões ao lado da Reitoria e da administração para dar resposta às questões não suficientemente respondidas no dia 2/5.

2- aumento de Cr\$1 mil fixos, a partir de agosto para o auxiliar de ensino de 40 horas e proporcional para os de tempo parcial.

3- Se vier metade da verba pedida de Cr\$30 milhões este aumento será garantido; se a verba for maior, haverá nova proposta.

4- Se não vier, há risco de atraso dos pagamentos de novembro e dezembro, devido a empréstimos que será necessário levantar.

5- A hora-aula passará de Cr\$194,00 a Cr\$205,00.

Esta medida atingiria cerca de 650 auxiliares de ensino, onerando o orçamento em aproximadamente 12 milhões (com encargos). Não haverá repasse para os alunos. Não se trata de antecipação salarial: é aumento mesmo.

Há outra medida que será apresentada à AFAPUC, Associação dos Funcionários: os mesmos Cr\$1 mil para os funcionários que recebem até 8 salários mínimos, num total de 883 pessoas.

REAÇÃO DA ASSEMBLÉIA

Os debates se seguiram analisando a contraproposta. Ressaltou-se que o

momento era de avaliar o fundo a situação do auxiliar de ensino, suas condições de trabalho e de representação nas decisões da Univ. Mais da metade do corpo docente pertence a esta categoria que mostrou seu peso e sua disposição de dedicação à carreira universitária.

Houve quem considerasse a contraproposta confusionalista, pois divide os professores, dividindo a luta. As outras categorias também não têm um padrão salarial digno na PUC. Apesar de o aumento ser "uma miséria" foi valorizada sua importância como vitória política e uma prova concreta de que a mobilização dos professores conseguiu abertura da Reitoria.

Uma preocupação dos presentes era uma forma de prosseguir e ampliar as mobilizações levando a conquista obtida para outras áreas das condições de trabalho.

DECISÕES

A profa. Têia apresentou a proposta — que foi aceita — de um grupo de auxiliares de ensino. Esta proposta coincide no essencial com outra elaborada pelo pessoal do Centro de Educação (divergiam quanto ao dia da volta ao trabalho), apresentada pelo prof. Dermeval. A assembleia decidiu:

1- Constituição de um órgão permanente para conseguir verbas do MEC

2- A comissão de estudo da CLT encaminhará questões para um advogado trabalhista a ser constituído pela Apropuc que as levará à Reitoria e — se necessário — à Justiça

3- A comissão de orçamento permanecerá junto à Apropuc para possibilitar maior participação dos professores nas decisões da Univ.

4- Não-aceitação imediata da contraproposta da Reitoria pois ela é apenas uma re-abertura das negociações. Haverá uma assembleia deliberativa dentro de 21 dias (a partir de 3/5) para avaliar o movimento e dar tempo para analisar mais detidamente a contraproposta.

5- Volta às atividades acadêmicas dias 4/5 porque com a contraproposta a Reitoria reabriu o diálogo.

Foi aprovada também a elaboração de uma carta aberta aos alunos e à população em geral explicando o movimento além de uma comissão para rever o estatuto quanto à ampliação da participação dos docentes na Univ.



Vasco, Reinaldo, Isaias, Sebastião, Geraldo

DCE APÓIA

Moção lida na assembleia dia 3/5
A nota do DCE lembra que os problemas dos professores são os mesmos dos alunos, especialmente as classes lotadas, as penúrias da cantina e a deterioração do nível de ensino. Ao verem os professores em greve, ressurgem as imagens de seus próprios movimentos, contra aumento de taxas escolares, pela melhoria do campus, por mais verbas e também em protesto contra atos arbitrários feitos ao povo brasileiro.

«Quem não se lembra, diz a nota, de setembro de 1977, quando realizávamos o 3º Encontro Nacional de Estudantes, no caminho da reconstrução da UNE, tivemos nosso campus universitário barbaramente invadido e depredado e vários professores espancados também. A indignação que via-

mos em seus rostos era a mesma indignação que sentíamos em nossos corações...» Os estudantes prosseguem considerando justa a reivindicação dos professores: por que ela não é atendida? A resposta, segundo a nota, está na situação das PUCs que tiveram suas subvenções boicotadas a ponto de em 78 a verba para educação ser de 4,17%. «No caso da PUCSP, a média das mensalidades é de Cr\$ 1.500,00. Se esta quantia não é suficiente para oferecer salários justos... que sejam todos esclarecidos e que a Reitoria se una a nós para reivindicar do MEC mais verbas para a Educação». Referindo-se à Reitoria e ao MEC, a nota afirma que os estudantes querem aulas e professores com melhores condições para administrá-las. A nota termina reafirmando seu apoio ao movimento dos professores, a intenção de reorganizar as entidades estudantis, a união dos setores e Associações da PUC e a necessidade de mais verbas para a Educação.



Professores votando: nova era?

MESA-REDONDA

APENAS O COMEÇO

Dia 2/5 houve uma mesa-redonda da APROPUC com a Reitoria. Foi apresentada uma visão geral da situação orçamentária da PUC, feita pelos Vice-Reitores, a seguir apresentou-se o resultado do trabalho das comissões, que se reuniram desde quinta-feira, dia 26/4. Destes estudos das comissões faziam parte indagações que os membros da Reitoria procuraram esclarecer. Finalmente abriu-se o debate amplo.

O prof. Caropreso, vice para assuntos administrativos, apresentou quadros da evolução do orçamento. Notou-se que a partir de 1973 os déficits se acumularam, havendo entretanto um superávit em 75 devido ao empréstimo feito junto ao FAS, Fundo de Apoio Social. A projeção para 1979 será um déficit aproximado de 97 milhões de cruzeiros, estando aí incluída a dívida com o FAS, que se reconhece impossível de saldar. Se descontada esta dívida, então o déficit este ano será de 40 milhões. Nos últimos 3 anos, foram pagos 19 milhões de juros ao FAS (o que se previra para 79 referente ao FAS, em juros, correção e amortização, seria de 57 milhões).

Pe. Edênio, vice comunitário, ressaltou que o equilíbrio orçamentário se mantém devido ao pagamento em dia das mensalidades. O custo do aluno das univ. federais é pelo menos 10 vezes maior que o das particulares.

TRABALHO DAS COMISSÕES

Como decisão da assembléia do dia 25/4, foram montadas 5 comissões que funcionaram em regime de urgência: mobilização, imprensa, verbas, CLT e orçamento. As 3 últimas apresentaram os resultados de seus estudos e algumas questões.

VERBAS

Analisou as relações MEC-PUC, a partir de uma entrevista com a Reitoria e a análise de documentos por ela fornecidos. Verificou-se que o MEC não explicita seus critérios para concessão de recursos, daí nascendo uma dificuldade de planejamento, uma vez que os

prazos da chegada de verbas não são estipulados. Foram feitas gestões de forma não sistemática, não havendo uma organização interna à PUC para exploração das possibilidades existentes. A comissão considera inquestionável o nosso direito a verbas. Considera também um dilema falso vincular a perda de autonomia universitária à concessão de verbas, uma vez que a autonomia é luta cotidiana. Daí surgem alguns questionamentos: como viabilizar uma forma sistemática de captação de verbas sem com isso aumentar a burocracia interna? Qual a posição da Reitoria frente a verbas restituíveis, tipo FAS? E se as reivindicações das PUCs não forem atendidas?

RESPOSTA DA REITORIA

A ajuda do MEC foi substancial até 1970. Contudo as prioridades do orçamento nacional foram mudadas e a parte destinada à Educação foi caindo: em 1965, ao MEC eram destinados 11% dos recursos; em 79, para a educação foram apenas 4%. A Reitoria chegou a pensar numa comissão permanente para verbas, mas desistiu devido a seus custos burocráticos, preferindo então destinar os recursos para fornecimento de 10 horas de contrato para a pesquisa a 100 professores. A entrada significativa de verbas veio para o Pós, via CAPES: contudo, eram dotações vinculadas (para compra do computador, já instalado; para terminar as instalações do Pós, etc). Para a quadra de esportes foram dados 270 mil: seu custo final foi de 500 mil, cobertos pela PUC que será reembolsada não se sabe quando. A Reitoria apóia a formação de uma estrutura de apoio para captação de recursos, que fundamentaria o esforço nascente pela pesquisa: por hora, foi contratado um encarregado que já fez os primeiros contatos. Na Associação de Escolas Superiores Católicas, somos considerados "primos ricos", já que a situação das outras entidades é ainda mais instável. São feitas gestões para se voltar a 20% do orçamento financiados pelo MEC: sem isso não temos condições de sermos uma verdadeira universidade.

CLT

Foram levantados os problemas mais comuns através de consultas dos membros das comissões em seus departamentos além de mesas-redondas com advogados trabalhistas. Foram detectadas 3 áreas: — **contratos:** a CLT prevê condições muito especiais para contratos por tempo determinado, os quais geram insegurança entre os professores novos, admitidos por 4, 6 ou 11 meses. Quando as classes são diminuídas de um semestre para outro, o professor pode ser dispensado. Também após a 12ª hora-aula, o preço pago é menor.

— **Direitos:** referentes às aulas noturnas (não está claro o adicional a ser pago e o cumprimento da exigência de menor duração). As férias deveriam ser de 3 meses, o Pós deveria ser gratuito para os profs. sindicalizados. Não se sabe o critério de distribuição de vales. Para quem dá aula em mais de 1 departamento, o salário é recebido em partes. — **questões internas:** referem-se à titulação; ao quadro em extinção, que ainda teria alguma vigência; aos 25% de desconto negados para quem já havia pago os créditos; descontos de salário não comunicados.

CONHECER SEUS DIREITOS

A estas questões o Prof. Casemiro, vice-acadêmico, esclareceu que seu setor administra os contratos, feitos pelos próprios docentes, sem muito conhecimento. Desde 1946 multiplicaram-se as mais variadas formas de contrato. Há grandes indecisões jurídicas a respeito de tempo integral e tempo parcial, já que a CLT regulamenta apenas a hora-aula. Há 1023 professores distribuídos em 3 quadros: a. quadro de carreira: com 268 profs. que tiveram 10 a 40% de aumento salarial devido ao enquadramento; b. quadro em extinção: formado por profissionais de grande experiência, especialmente em Direito e Administração, que não aceitaram ser auxiliares de ensino. Nossa política é fazer que adquiram título; c. quadro provisório: formado pelos auxiliares de ensino, com prazo de 4 anos, para entrarem na carreira. É um tempo de experiência.

Na PUC ninguém teve rescindido seu contrato de tempo determinado, o qual tem sido respeitado. Não foi demitido ou admitido nenhum professor sem indicação dos departamentos. Quanto a férias, as previstas pela CLT são de 30 dias: no nosso caso há preparação de cursos. Não está clara a situação de gratuidade de estudos para os docentes: está-se tentando aplicar o PICD-3 também para a formação de pessoal de escolas particulares.

ORÇAMENTO

Esta comissão constava de um grupo técnico para assuntos econômicos e um grupo de apoio para aprofundar questionamentos. A análise dos balanços, orçamentos e dados estatísticos deixou algumas perguntas. Não pareceu clara a distinção entre a PUC e a Fundação SP, notadamente na questão dos aluguéis de unidades acadêmicas pagos à FSP. Pareceu haver uma inchação de 20.720 milhões em 79. A despesa de manutenção teve um decréscimo de 10%, o custo com pessoal docente cresceu em 13%, 42% com a Reitoria, um decréscimo de 37% com o Hospital Sta. Lucinda de Sorocaba. Perguntou-se a razão da política de endividamento da PUC, como forma de crescimento patrimonial. Por que os custos indiretos, com pessoal administrativo aumentaram? Qual a razão de tão poucos alunos por professor? De onde vem o déficit crônico com o Centro de Sorocaba?

REITORIA

Segundo o Prof. Caropreso, não há distinção entre a FSP e a PUC, e por isso, a receita da Univ. vem das anuidades. Na administração anterior havia a PUC, com sua Reitoria e a FSP com o secretário executivo: ambos os cargos se fundem desde 1976 na Vice-Reitoria Administrativa. O aluguel serve apenas para cálculo de despesas por aluno, por exigência do MEC. Há entrada e saída correspondente na contabilidade. O crescimento dos gastos da Reitoria em 42% foi devido à integração no quadro "Docente Reitoria" de áreas sem localização como EPB, Educ. Física, Dept. Teologia, Sala de Comunicação, e de 15 professores em disponibilidade.

ORÇAMENTOS

ANOS	Nº DE ALUNOS		ORÇAMENTO GERAL	VERBAS MEC	VERBAS/ORÇAM.	RECEITA DE ANUIDADE	ANUID./ORÇAM.	OUTRAS RECEITAS	DÉFICIT (-) OU SUPERÁVIT (-I)
	GRAD.	PÓS							
1968			2.826.000	720.000	25,47%	2.326.000	82,30%	275.000	(-I) 495.000
1969			5.092.000	920.000	18,06%	3.904.000	76,66%	492.000	(-I) 224.000
1970			7.952.000	1.338.000	16,82%	6.638.000	83,47%	1.981.000	(-I) 2.005.000
1971			21.106.000	1.880.000	8,90%	14.545.000	68,91%	6.453.000	(-I) 1.772.000
1972			32.565.000	1.991.000	6,11%	22.353.000	68,64%	8.943.000	(-I) 722.000
1973	9.750	419	53.087.000	2.200.000	4,14%	32.711.000	61,61%	11.676.000	(-) 6.500.000
1974	9.606	902	79.206.000	2.400.000	3,03%	42.049.000	53,08%	14.485.000	(-) 20.272.000
1975	9.662	1.276	142.800.000	6.000.000	4,20%	61.450.000	43,03%	46.174.000	(-) 29.176.000
1976	8.263	1.557	176.228.000	8.200.000	4,65%	84.274.000	47,81%	62.730.000	(-) 21.024.000
1977	8.504	1.692	195.988.000	11.000.000	5,61%	120.055.000	61,25%	62.924.000	(-) 2.009.000
1978	9.396	1.925	312.594.000	11.200.000	3,58%	187.897.000	60,10%	95.214.000	(-) 18.283.000
1979	11.723	3.096	489.500.000	30.000.000	6,12%	284.855.000	58,19%	106.016.000	(-) 68.629.000

(Números de 1979: previsão)

HÁ SAÍDA, APESAR DE TUDO

Ary Silvério, Auditor Interno, 32 anos de PUC, analisa o desempenho da Universidade no aspecto financeiro

PORANDUBAS: Como você vê a atual situação financeira da PUC?

Ary Silvério: Vejo-a com bastante pessimismo. O orçamento de 79 tem um déficit previsto de mais de 100 milhões, se incluídos os compromissos com o FAS. Mesmo que esta dívida seja liberada, nossos custos operacionais serão maiores que a receita. Defino custo operacional como os recursos para pagamento de pessoal, material de consumo, serviços de terceiros, juros, correção, aluguéis, bolsas de estudo. O déficit estimado é de aproximadamente 40 milhões (se tirarmos a dívida do FAS).

PORANDUBAS: Como você explicaria as causas do déficit endêmico da PUC?

Ary: A participação das verbas em nosso orçamento caiu, o mesmo acontecendo com as anuidades no que concerne ao custeio da Universidade. Até 72 a PUC deu superávit, a partir daí começou a cair. As causas? Uma delas me parece ser o encarecimento trazido pela Reforma Universitária, implantada em 73, que não reduziu os custos como se esperava. Isto porque a estrutura administrativa e acadêmica cresceu muito: surgiram muitos cargos novos, diretores de Centro, Faculdade, Departamento.

Participa também no déficit, parece-me, o sistema pedagógico do Básico, que apesar de lidar com mão-de-obra barata que é o auxiliar de ensino, tem menor número de alunos para cada professor, as equipes são numerosas, face a metodologia de ensino utilizada. Esse dado do Básico deveria ser melhor pesquisado. Não entro aqui no mérito pedagógico do Básico. Em termos de custos diretos, o Básico custou em 78 cerca de Cr\$ 19 milhões: p. ex. a Fac. de Administração custou Cr\$ 12,6 milhões, com maior variedade de disciplinas.

Um terceiro foco deficitário foi a



Ary Silvério

construção do prédio novo, paga com a venda de propriedades e empréstimos tomados. O resto das propriedades da Fundação SP são os prédios dos campi e um prédio na Al. Tupiniquins, que é alugado para uma escola.

SUGESTÕES

PORANDUBAS: Então, resta algum futuro para a PUC?

Ary: apesar do meu pessimismo, acho que tem futuro. Mas com uma condição: se a situação for examinada em suas causas em vista de reestruturar os setores acadêmico e administrativo. Por exemplo, começou agora uma Secretaria de Registros Acadêmicos, centralizando todas as outras, que contudo não deixaram de existir. Assim, funcionam duas estruturas paralelas, com alto custo operacional adicional. Não sei as razões políticas disso. Por que a concentração de atividades atins, em 72, não diminuiu os custos?

Outra coisa que sugiro é a Universidade partir para atividades industriais, explorando a Gráfica, dinamizando restaurante e estacionamento. Um foco de pouca rentabilidade são as anuidades,

muito mais baixas que faculdades e até colégios particulares. Precisamos cobrar o custo real de funcionamento da PUC. O aluno corrente teria bolsas. Já existe há cerca de 7 anos um sistema da própria PUC de bolsas reembolsáveis 3 anos após a formatura, que agora começa a ter retorno. Temos Cr\$ milhão em caderneta de poupança para este fim: com o tempo, este dinheiro circularia sem onerar a PUC. Em 78 foram dados cerca de Cr\$ 9 milhões em bolsas (não é o sistema da Caixa Econômica).

PORANDUBAS: Qual a política administrativa que rege a PUC?

Ary: A PUC foi criada para dar uma formação dentro de um espírito cristão. Por exemplo, Sorocaba seria para formar médicos cristãos: se não atinge esta meta, ou fecha ou faz atingir... Quanto mais cursos forem mantidos, melhor: por isso é Universidade. Contudo, estes objetivos talvez fossem atingidos mediante uma performance menos sofisticada: se uma classe tem menos de 50 alunos, ela dá prejuízo.

A GREVE

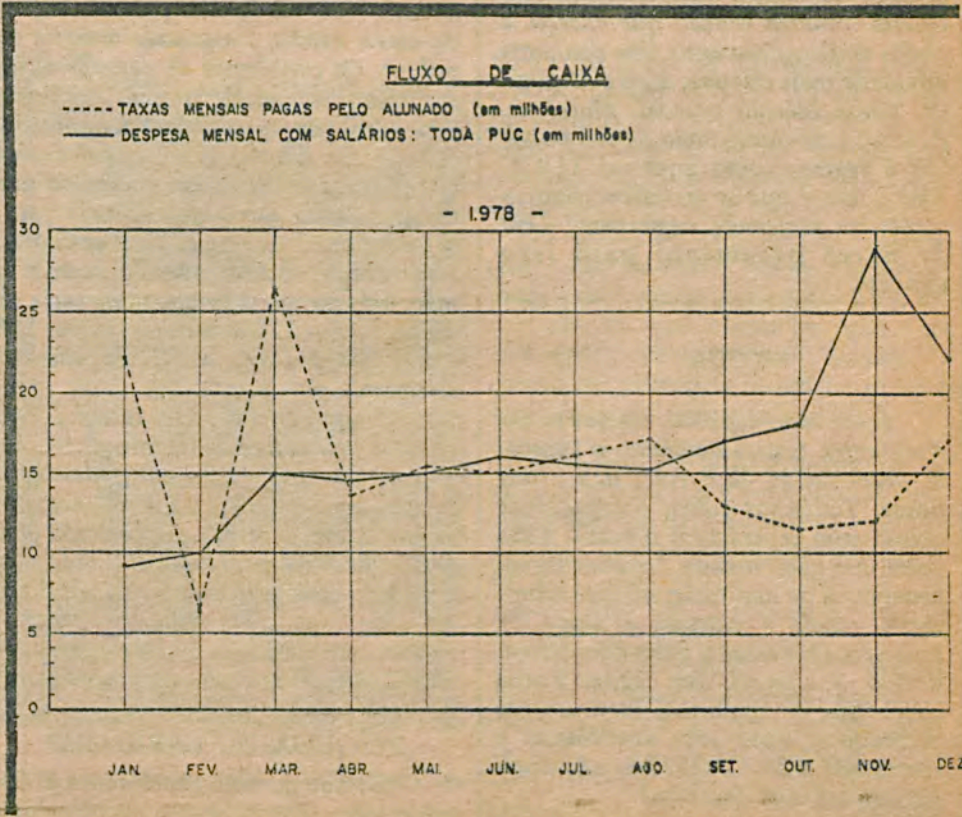
PORANDUBAS: Como você encara a greve dos professores?

Ary: Ela tem significado importante.

Tanto os professores como os funcionários estão interessados em reexaminar o desempenho da PUC. Sugiro até a formação de uma Comissão de alto nível das 3 partes que compõem a Universidade para acharem os furos financeiros. Outro ponto que se discute é o montante das verbas: elas são pequenas, mas a isenção de vários impostos deu uma verba indireta de Cr\$ 100 milhões em 78.

PORANDUBAS: Como é esta questão do aluguel que a PUC paga para ela mesma?

Ary: Primeiro, quero esclarecer que se diz que a Fundação SP não dá nada para a PUC. Mas o patrimônio em prédios que a FSP deu para a Universidade economiza aluguel. Para chegarmos ao custo real do funcionamento, arbitrou-se, no tempo do dr. Fernando do Val, um aluguel das unidades de acordo com a área ocupada. Esta importância nós vimos corrigindo, desde então, anualmente. Contudo, esse aluguel é só para cálculo de custos, sendo debitado às unidades e creditado à Fundação SP: não tem relação com o déficit orçamentário.



TUCA DÁ LUCRO

Samira Chalhub espantou as traças do TUCA e botou gente lá dentro. Mas não entende como o teatro pode dar prejuízo.

CRER, NÃO CRER

PORANDUBAS: Como você se posiciona frente à greve?

Samira: Não tenho crença frente ao movimento. Os professores não se constituem uma classe. Não existe um código de acerto entre partes. Quanto a salário, provavelmente o prof. é a classe mais individualista, como resultado de uma carreira pra trás, burocratizada, mil etapas, as leis são morosas e criam obstáculos que só poucos vencem. Estes poucos não formam uma classe.

Tenho crença no movimento enquanto ele está num esquema mais amplo, nascido também nas camadas setoriais, também em greve. Então, não se trata de um problema isolado dos profs. mas dos menos privilegiados.

Esta greve na PUC ainda está fragmentada, englobou mais setores do Básico, Pós mas pouco da Graduação. Muitos ficam na espera dos resultados conseguidos pelos poucos que lutam.

SER CRIATIVO NO CAPITALISMO

O prof. é um "esperançoso". Há um atavismo que mantém os docentes numa situação dura na PUC, que é capitalizada contra o próprio prof. A reversão salarial se aproveita dessa "esperança" como um golpe baixo. Surge uma situação de "Grande Mãe" invertida: sugados são os filhos. Afinal, o caso, aqui o prof. ficar aqui? No meu caso, aqui no SEC (Serviço de Extensão Cultural), eu sei o que posso realizar, tenho condições de trabalho, embora não esteja completamente satisfeita. Noutra função que exerço, a chefia de Departamento, lido com uma atividade mais criativa, mais pedagógica, numa relação pessoal, pluralista. Aí sinto a diferença: não dá pra impor leis e regras, como aqui no TUCA. Mas como é que se trabalha criativamente na sociedade capitalista? Tem de haver pagamento para isso também.

TUCA

É um setor especial, em que se usa hora extra constantemente: o pessoal às vezes sai às 4h e volta dali a três horas. Tentamos cobrir a capacidade ociosa com espetáculos infantis. Uma coisa que não entendo é a abordagem econômica da auditoria: no meu repertório, renda é entrada e saída de dinheiro. Os cálculos deles dão déficit, devido a aluguel, luz, água. Então como fica o Tuquinha, inteiramente dedicado a atividades acadêmicas e sustentado pelo TUCA? Isto não devia ser capitalizado também?

«PRECISAMOS DECIDIR»

Desconhecimento da PUC, reconhecimento da comunidade científica, atendimento de alto padrão: a Universidade assume a Derdic?

PORANDUBAS: Como foi o movimento na Derdic?

José Geraldo: A Derdic entrou em greve desde dia 26/5ª feira, após contato com o representante da Apropec, que fora lá para saber nossa posição. Ressalto a importância do fato porque é a primeira vez que a Derdic integra um movimento organizado pela Comunidade. Houve sensibilização na época da invasão, mas a PUC foi olhada de fora: a Derdic não se sentiu invadida. Deixamos claro que a greve atual não é contra a Reitoria mas por condições de salário e trabalho melhores.

Nossa luta é a mesma, por melhores condições de salário. Já vimos discutindo esse aspecto antes porque a Derdic é pressionada continuamente quanto a déficit. Temos também nossa luta específica: o quadro técnico-acadêmico não está enquadrado enquanto carreira universitária. Não adianta a pessoa se especializar se não é enquadrada e os salários são menores que o padrão. Não há incentivo salarial para se fazer mestrado ou doutorado, embora a turma o faça.

É PEGAR OU LARGAR

Estamos numa situação contraditória. Não reclamamos melhores condições técnicas de trabalho porque nos cobram déficit; por outro lado, a cobertura dada possibilita pouco desenvolvimento do nosso trabalho. Aqui há uma opção a ser feita não só pela Reitoria como pela Univ. toda: "a Derdic é importante para a PUC, está disposta a arcar com o ônus? Está empenhada em diminuí-lo?"

Esse déficit nasce de que a Derdic é um laboratório de aplicação da prática de educação e reabilitação. As áreas acadêmicas deveriam usar muito mais os serviços da gente.

NOSSOS CLIENTES

"A população a que a Derdic atende é uma mini-amostra da sociedade. Os clientes ricos são muito poucos, alguns de classe média e a grande maioria de pobres. Os problemas de comunicação, especialmente os de origem orgânica, dependem de fator sócio-econômico. Sabe-se que a meningite causa deficiência auditiva dependendo do tempo que demora a cura, tanto mais sequela trará: o pobre cura meningite com melhora, essas coisas. Pagam quando podem, a média de todos os pagamentos seria de 40%. Temos 120 alunos na escola, 100 na clínica e fazemos 80 diagnósticos completos por ano.

Mesmo quem paga integral não cobre o custo advindo da infraestrutura, a pesquisa que se fez, que elevam o preço real a níveis proibitivos. Quanto às anuidades, o nível é estabelecido pelo MEC, não dá pra fugir. O preço da anuidade mais alta é de Cr\$ 29 mil por ano; o diagnóstico completo, com 7 exames, custa Cr\$ 7.500,00 e a terapia é Cr\$ 2.900,00/mês. Esses preços pagariam os serviços diretos.

PESQUISA OU CARIDADE?

"Eu não gostaria, acrescenta J. Geraldo com ênfase, que a Derdic fosse vista como obra assistencial. Ela é so-

bretudo uma aplicação da pesquisa pela universidade. A Derdic tem chance de conseguir verbas diferentes das tradicionais para o ensino superior: seriam o INPS, Min. Saúde, Min. e Secret. Educação. Conseguimos pouca verba para uma pressão da comunidade poderia levantar mais. Sempre pedimos que 12 professores sejam subvencionados pela Secr. Educação, mas ela aprova apenas verba para 3. Ao todo são 55 técnicos (professores, fonos, psicólogos, médicos, assistente social), 120 estagiários (fono, pedagogia, Pós em audiologia com possibilidade para outras áreas) e 15 funcionários administrativos.

Ao que parece, o déficit tem decrescido. Em 72 era de Cr\$ 2,5 milhões e o previsto para 79 é de Cr\$ 4,5, levando-se em conta a inflação...



Prof. José Geraldo

ATENÇÃO: SOROCABA

Pe. Enzo, vice-diretor comunitário e administrativo do C. Sorocaba arregaçou as mangas. Eis alguns resultados.

Porandubas: Sabe-se que o Centro de Sorocaba é o principal responsável pelo déficit da PUC.

Enzo: É, nossa dificuldade básica é a defasagem entre a receita — o que vem das mensalidades e o gasto no Centro. Nossa Faculdade de Medicina é a que menos cobra em SP; 35 mil por ano. Além disso, não cobramos requerimentos, atestados.

ORGANIZAR CONTRATOS

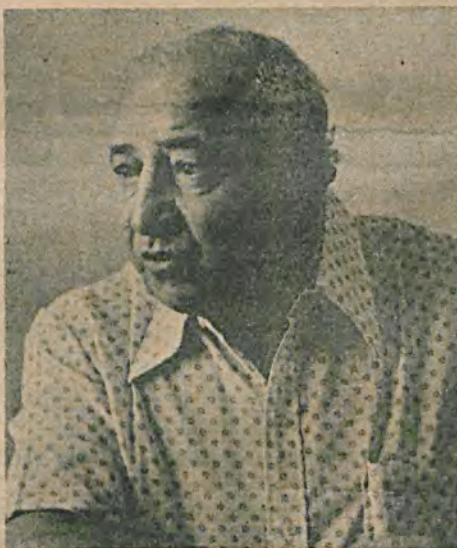
O principal são hábitos viciosos que se tornaram direito a nível de contratação de pessoal. Este aspecto está sendo revisto e nisto pretendemos enxugar as despesas. Por exemplo, pretendemos adotar um critério único para o número de horas para uma disciplina funcionar, adequada ao número de horas dos contratos. Assim, há disciplinas com dez horas por semana, 50 por mês. Nesta mesma disciplina são contratados 10 profs. cada um com 24 horas por mês, o que dá 240 horas de contrato, para 50 de aula. Estamos refazendo a sistemática de contratação: cada disciplina deverá fornecer em breve o relato de suas atividades. Assim, esperamos diminuir as horas de contrato e aumentar o pagamento dos professores, que tradicionalmente ganham pouco (ano passado era Cr\$ 5 mil mensais por 24h. de contrato). pretendemos equiparar o pagamento de Sorocaba com o de São Paulo.

Dentro do contrato há muito tempo previsto para aulas, rotina de laboratório, plantões no conjunto hospitalar, ambulatórios. Esses dados não estão expressos na folha de SP: precisamos montar uma folha especial para cá.

BOLSAS E TAXAS

"Cogitamos na diminuição das bolsas fornecidas aos alunos do 5º ano (2ª sem.) e do 6º ano. São cerca de 200 alunos que pagam a metade da mensalidade, num total de Cr\$ 8 milhões, em 78, que foram para o déficit. (que foi Cr\$ 18,3 milhões no ano passado). Pensamos em pedir ao MEC o aumento das taxas para os calouros do ano que vem.

Um exemplo dos hábitos que se tornam praxe, é o de uns 3 titulares (dentre um total de 10) que não aparecem mais e continuam recebendo? Há resistência à marcação de



Pe. Enzo ponto e assim não temos prova material de conferir se tais professores aparecem. Montaremos um setor para dar cobertura a este aspecto. Aquele titular aparece na aula inaugural, recebe o ano inteiro e coloca os assistentes no seu lugar. Cr\$ 15 mil por mês vão pelo ralo desse jeito."

"O Hospital Santa Lucinda, de propriedade da PUC, e dos melhores da cidade, dava déficit. Era evasão de alimentos, remédios. Este aspecto está recuperado, esperando-se pequeno superávit em 79. As despesas decresceram de 1 milhão em janeiro e em fevereiro para 100 mil em março, isto porque fizemos reforma do prédio e construção de um Pronto Socorro de 4 andares."

AULA-TRAMPOLIM

"A docência na Faculdade às vezes é um bico para se internar os próprios pacientes no Santa Lucinda. É preciso ser professor da PUC para trabalhar naquele hospital. Alguns tentam segurar o título dando umas horinhas, sendo a infidelidade ao horário a característica de vários professores e motivo de reclamação dos alunos. Há quem dê aula e trabalhe noutro lugar ao mesmo tempo. Todas estas medidas administrativas são uma esperança para os professores que querem fazer carreira universitária, contra o filhoteísmo.

FOI lançado convite a todos os coordenadores de Programa do Pós para uma entrevista com o Prof. Joel Martins, coordenador-geral. Mas o dia marcado para o debate caiu no meio da paralisação. Estavam presentes o Prof. Joel, Madre Olívia (do Sedes e Coordenadora de Língua Portuguesa), Prof. Maluf e Prof. Fernando Leite (da Psicologia de Assis e doutorando).

PORANDUBAS: O que vocês, do Pós, estão pensando acerca da greve?

Joel: ela tem sua razão de ser, pois é expressão de um grupo organizado, com consciência de classe de professor. Contudo acho que ela está sobre bases totalmente falsas se está pensando que a PUCSP se aproveita dos professores. Diferente é a greve dos profs. públicos oprimidos mesmo pelo governo, o que não acontece na PUC. Se eu tivesse qualquer liderança entre os profs. proporia a reestruturação dos estatutos e a revisão da política orçamentária. O estatuto é esquisofrênico, contraditório, omissivo em uma série de casos. As deliberações assim se transformam em verdadeiras peças de charada em que uma vírgula, uma conjunção coordenada embrolha todo o sentido. Uma das injustiças do estatuto é o enquadramento: cria uma vida acadêmica muito mais rica que uma pessoa que fez mestrado ou doutorado e no entanto não se sabe o que fazer com eles. Se formos procurar, essa injustiça clamorosa tem uma causa diluída em muita imprecisão. O estatuto deveria ser tornado ágil para resolver estes casos individuais.

Fernando: Trabalho na UNESP, em Assis. Lá a situação é pior porque o estatuto foi feito sem consulta à representação docente. As pessoas progredem na carreira apesar da universidade. Como aluno da PUC vejo como o estatuto é autoritário. Somos submetidos a um regulamento, que estabelece o número de créditos, a quantidade de alunos por orientador, etc. Como professor, já tenho o salário arrojado e ainda tenho de financiar meus cursos.

Madre Olívia: Penso que a Univ. está na infância, com seus 43 anos. A maturidade exigiria uns 2 séculos de existência. Os professores que predominam na APROPUC são mais jovens, eles estão tendo uma ocasião de diálogo, buscando mais informações. Isto é necessário para que eles participem da construção da Univ. que não se coloca fora de nós. De repente eles percebem uma porção de problemas, além do salário baixo, e daí surge a pequena grita que provoca o diálogo. Lamento apenas que a vida acadêmica dos alunos fique tumultuada, pois eles perdem aulas e por isso padecem.

EXÉRCITO ESTUDANTIL DE RESERVA
Joel: O diálogo — palavra meio esgotada de



Joel Martins: «Já votei para Reitor».

“É PRECISO REVER OS ESTATUTOS!”

tanto uso durante as greves — é verdadeiro quando dialético, permitindo contestação. A dialética da existência é quando a contestação resulta em benefício para ambas as partes. O grupo, em greve atualmente, está desvelando uma mágoa, como se fossem oprimidos pela Univ. Isso eu acho uma injustiça para a instituição como um todo. Está faltando uma síntese, por exemplo: “vamos rever juntos o orçamento”. Se as pessoas não lerem os dados do orçamento, fica difícil saber das fontes de vazamento. Quem sabe se for feita uma revisão dos gastos operacionais, se faz uma grande economia? Acontece que nunca nos sentamos num colegiado para rever os estatutos, o orçamento. Essa estrutura de cima para baixo vem de 68, quando o MEC baixou uma ordem, restringindo toda participação, que deu numa estrutura como a atual, inexecutável economicamente.

Estive recentemente em Brasília à cata de fundos. A solução ministerial era: “Querem aumentar o salário dos professores? Façam o repasse para os alunos. Não querem pagar? Cancela-se sua matrícula; deve haver mais de cem na fila”. Pois bem, o problema da estrutura é modificado internamente.

REITORIA LEILOADA

Madre Olívia: O campo está aberto para

quem quiser algo novo. Daí a necessidade de líderes. A utopia de hoje será realidade no futuro. Por exemplo, acho interessante o projeto da Prof. Lucrecia para maior flexibilidade da Univ., menor burocracia, a vida acadêmica centrada em núcleos de pesquisa. A vida na Univ. está muito complicada, gasta energias, irrita: isso também é jogar dinheiro fora.

Joel: Eu já votei para Reitor nesta Univ. Havia uma lista triplíce, proposta ao Cardeal pela congregação. O estatuto atual diz que o Reitor é escolhido pelo Grão-Chanceler. Infelizmente esta escolha se dá nos satélites da Univ. entre 5 ou 6 pessoas. A sorte é que a atual administração veio ajudar a salvar a Univ. das profundezas em que estava: foi uma iluminação do Espírito Santo. A escolha da administração anterior foi feita por um grupão que discutia os nomes. Esse grupão se transformou num grupinho formado por mim, Prof. Rosenberg, o jovem Bandeira de Mello, Prof. Ataliba e D. Marina. D. Paulo perguntou a cada um se queria ser Reitor. Fomos apresentando nossas desculpas e a escolha recaiu sobre o Prof. Ataliba, que já pensava no caso. Naquela ocasião D. Paulo já dizia: “O que é que eu sei de vocês lá dentro?”. A cena me deu a impressão daquela história de crianças: “quem quer casar com Dona Baratinha?” A

D. Baratinha no caso era a PUCSP...

O que sugiro é que se pegue o estatuto e se coloque que o Reitor deve ser eleito, que se apresentem os candidatos, analisem-se as plataformas, e então votamos. A decisão deveria ser interna à Univ., acompanhada por toda a comunidade, alunos, funcionários, professores.

UNIVERSIDADE PARA O POVO

Madre Olívia: Estranhei esta proposta, pois parece que a Univ. é contra o povo. A vida é o povo, não é? A Univ. nunca deixou de ser para o povo. Se camadas populares não chegaram à Univ. isso é outra questão. O que impede a presença do povo aqui são as pesquisas desvinculadas da vida. Entendo povo no sentido mais amplo, não enquanto classe contra classe. O povo somos nós.

Joel: O que chamamos de povo? A Univ. se abre para o humano e portanto para o povo. É preciso definir cientificamente povo. Abrir-se para o povo é colocar a pesquisa, a reflexão a serviço dele. Preocupo-me ao ver no Pós os indivíduos aprofundarem a reflexão teórica de modo sofisticado, mas não vejo ninguém se preocupar como deve ser a Univ. Católica voltada para o povo. Neste caso a Univ. deverá ser uma agência de educação e não de fabricação de diplomas, para uma classe de privilegiados.

Madre Olívia: As injustiças do sistema provêm dele mesmo. A escola primária já é uma barreira para as crianças mais carentes porque elas não sabem nada de português e por isso são eliminadas. As que têm cultura em casa são promovidas. A Univ. serve a quem traz cultura das famílias. Mas os universitários deveriam ser mentalizados para um pensar político, mais amplo, quando estiverem nos quadros dirigentes.

Fernando: Distingo faculdade de universidade. Faculdade é instituição isolada que forma profissionais. Já a Univ. elabora conhecimentos enquanto serve à nossa realidade e não se submete a técnicas vindas de fora ou reproduz uma estrutura de classes.

Joel: A visão cartesiana gerou uma forma de a tecnologia tratar o homem fora do mundo. Pela reflexão meditativa, ao contrário, eu e objeto somos unidos. Isto acontece na problemática entre a Universidade e o Povo. As coisas em educação mudam segundo a fantasia dos novos governantes. O Pós deveria ser o centro de uma reflexão aprofundada em educação. Por exemplo, montamos um programa que vai atender ao Brasil inteiro: é o PICD, já com 180 pessoas do Nordeste inteiro. Ouvimos dizer que seria encerrado. Fui a Brasília e lá avisei que, se fosse encerrado o PICD, seria feita uma carga pela imprensa. Isso é manipular gente. As experiências educacionais devem ir até o fim e, então, avaliadas.

“UM PROFESSOR, UM VOTO”

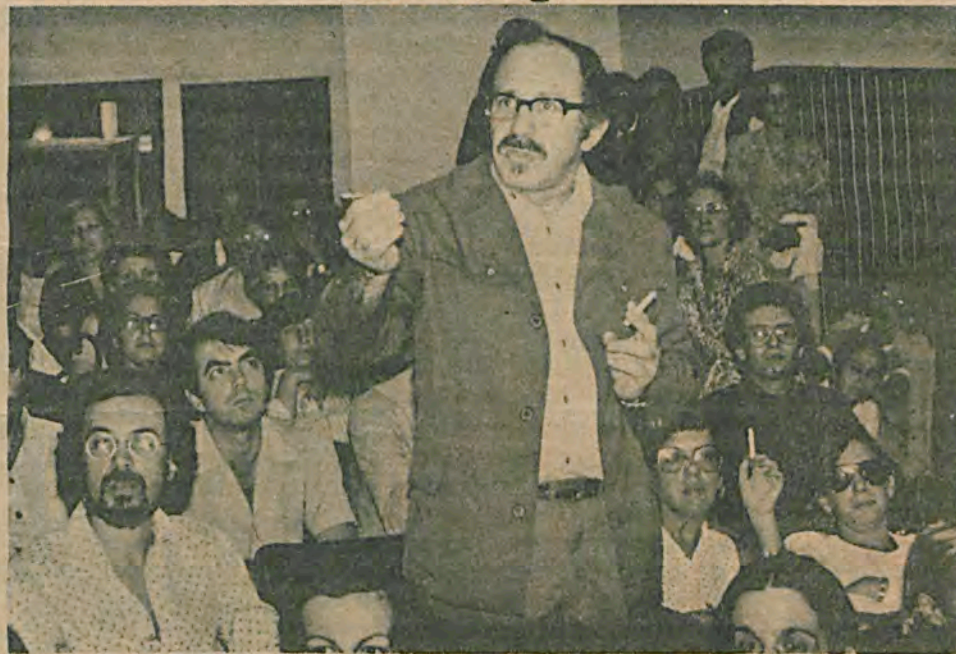
DÉFICIT

Pelo que a Reitoria nos informou, há previsão de déficit e que são tomadas providências para cobri-lo. A meu ver isso não justifica o não atendimento de reivindicação dos funcionários e professores, que estão precisando mais de reposição salarial. O que existe na Universidade, como consequência do arrocho, é que as categorias de mais baixo salário também estão em déficit, numa situação insuportável. A contra-proposta da Reitoria, embora insuficiente, está na direção certa: procura sanar o déficit entre os grupos majoritários que carregam a Universidade e não ganham o suficiente para viver.

MOBILIZAÇÃO

A mobilização começou como toda campanha salarial das outras categorias, que descobriram que havia condição de reposição salarial. No decorrer do nosso movimento houve uma mudança importante: a Reitoria ofereceu toda informação sobre a situação da

Paulo Singer



Singer: evitar as oligarquias

PUC, o que levou os professores a se responsabilizarem pela Universidade, por exemplo, unindo esforços por mais

verba. A atitude não é a mesma de funcionários públicos que enfrentam um governo que não quer ceder. Aqui

houve um início de diálogo que abrangiu o conjunto da Univ. A meu ver isto foi positivo pois levou os professores a uma demanda de maior participação nas instâncias de decisão (Reitoria, Conselhos, etc). Nos debates verificou-se um certo clima de suspeição e desconfiança que no fundo reflete a desinformação da maioria dos professores, decorrente de sua alienação: não têm conseguido participar nem mesmo da eleição das principais instâncias de decisão dentro da Universidade.

Por isso, na última assembleia do dia 3/5 se aprovou a formação de mais uma comissão para estudar os estatutos da PUC e propor mudanças no sentido de abrir caminho à participação da maior parte dos professores que são auxiliares de ensino, os quais têm apenas um representante nesses órgãos, quando o têm. Parece-me urgente a democratização da estrutura de poder na PUC, à base principalmente de um voto por cada professor, para impedir a formação de uma oligarquia de professores titulados ou mais veteranos.

Greve e luta pela democracia

DEPOIMENTO do grupo de professores responsável pelas propostas aprovadas nas Assembléias dos dias 26/4 e 3/5.

POLITIZAÇÃO

Para começar, achamos que o atual movimento representou um substancial avanço da consciência e do nível de organização dos professores da PUC, e este avanço se deu em relação direta com a luta salarial. Em outras palavras, o avanço se deu junto com o ato do professor se assumir como assalariado, como uma categoria que tem com a "gerenciamento" uma relação de patrão e empregado. Tivemos também uma efetiva politização das nossas atitudes frente à Reitoria, a partir de agora olhada criticamente pela maioria dos professores. A forma como nós, trabalhadores do ensino na PUC, assumimos junto com a APROPUC a organização do movimento reflete a elevação de consciência que tivemos e o aumento da politização das relações dentro da Universidade Católica.

Neste sentido, achamos que uma das grandes vitórias deste movimento foi o fortalecimento da nossa entidade representativa, a APROPUC. Se antes ela se movia mais por questões, por assim dizer, éticas, agora ela passa decisivamente para o terreno das reivindicações trabalhistas. Com isso, tivemos o crescimento do número de associados e sucessivas assembléias com número recorde de participantes.



Vice-Reitores em Mesa-Redonda

SALÁRIOS — VERBAS

Entendemos o atual momento como a explosão de uma crise que vem sendo montada em função de dois fatores básicos. O primeiro fator é a política educacional do governo, que vem transferindo, continuamente, verbas da educação para outros setores não fundamentais para os interesses populares. O segundo fator é a política das reitorias anteriores, que deram primazia para obras imobiliárias em detrimento das condições salariais dos trabalhadores do ensino em nossa Universidade. Assim, a remuneração dos professores da PUC vem sendo depreciada até o ponto do comprometimento da qualidade de ensino

no ministrado, por causa da premência dos professores de terem outros empregos. No momento em que os professores reivindicam melhores salários e propõem a obtenção de verbas do MEC, eles sugerem concretamente a solução destes problemas apresentados. Melhores salários e mais verbas do MEC significam a elevação do nível de ensino de imediato. Ao falarmos destas coisas, tocamos no cerne de grandes questões, tais como democratização da Universidade e autonomia acadêmica. Quando propomos a criação de um órgão permanente para reivindicar verbas do MEC, propomos a possibilidade de um ensino mais acessível a camadas carentes da sociedade; ao mesmo tempo, este

órgão deverá ser um veículo de participação dos professores na direção mais geral da Universidade. Tanto a democratização do ensino, a obtenção de verbas federais e a garantia da autonomia acadêmica são coisas que se garantem dentro de uma dada correlação de forças, que se cria a partir de movimentos como o atual. Podemos dizer que não há hipótese de um projeto educacional democrático sob um modelo baseado no arrocho salarial. Assim sendo, a nossa luta por melhores salários e melhores condições de trabalho está intimamente vinculada com a luta geral da sociedade brasileira pela democracia.

ANÚNCIOS POPULARES

Estamos oferecendo um serviço. Classificados bem baratinhos. Você quer vender, trocar, transar alguma coisa? Utilize nosso espaço. Afinal, dentre os leitores de um jornal de 10.000 exemplares, sua oferta deve encontrar um interessado. Procure o Jorjão no Departamento de Pessoal (ramal 296) ou o Roberto (Campus Mq. Paranaguá, ramal 5) e combine com eles.

GANHE DINHEIRO

Oferecemos 20% de comissão para quem arranjar publicidade para o Porandubas. Combinar com Jorge Claudio ramal 227.

PORANDUBAS

R. Monte Alegre 984 tel. 263-0211-227
Editor: Jorge Claudio Ribeiro
Desenho da capa: Laerte
Diagramação: Sydney Escobar
Fotos: Fernando Zanetti
Composição: S/A O Estado de S. Paulo
Impressão: Editora AFA Ltda

Tiragem 10.000 exemplares



DOCEIRA

A PAUSA REFRESCANTE

Ofner

Vida corrida, mil compras. Lá fora, a confusão, o trânsito. A cabeça da gente não dá pra todos os compromissos. Ninguém é de ferro... você também tem direito a uma paradinha. Vamos, faça as pazes com a vida. Refresque a cuca com o melhor sorvete da região. Em casquinha ou bolo. Na Ofner.

Cinco lojas para melhor servi-lo:

Rua Caiubi, nº 215 — Perdizes Tel.: 65-4336

A dois minutos da PUC

MATRIZ: Rua Barata Ribeiro, 48 — 54
Telefones: 256-7237 — 257-0339

Av. Ibirapuera, nº 3103 — loja 18
Indianópolis
Tel.: 543-7266

Rua Augusta, nº 1611, loja 14
Tel.: 288-2182

Av. Brig. Faria Lima nº 1191
loja H 6 — Tel.: 211-9210



(Loja Ibirapuera)